

ANPV 1.211p1-2

RUA PRESIDENTE JOÃO GOULART

Decreto nº 6468 de 16-04-1981, Artigo 1º, Inciso I
Formada pela rua 133 do Jardim Chapadão - continuação
Início na rua Eurico Gaspar Dutra
Término na avenida Getulio Vargas
Jardim Chapadão

Obs.: Decreto assinado pelo Prefeito Municipal Francis
co Amaral. Protocolado nº 34.687/80 em nome de Rui Amaral Gonçalves de
Carvalho e Outros. Rua inaugurada oficialmente em 12-12-1981.

JOÃO GOULART

João Belchior Marques Goulart nasceu em São Borja, Rio Grande do Sul, em 01-março-1918 e faleceu em Mercedez, Provincia de Corrientes, República Argentina, em 06-12-1976. Era filho de Vicente Rodrigues Goulart e Vicentina Marques Goulart e foi casado com Maria Teresa Goulart deixando dois filhos: João Vicente e Denise. Quando estudante jogou futebol pela equipe do Internacional, de Porto Alegre até formar-se pela Faculdade de Direito da capital gaúcha, em 1939. Com a morte do pai, voltou à São Borja, onde geriu as propriedades agrícolas da família, até 1945, quando ingressou na política, elegendo-se deputado estadual pelo Partido Trabalhista Brasileiro, do qual foi presidente nacional. Em 1950, já eleito deputado federal, assumiu a Secretaria dos Negócios do Interior e Justiça de seu Estado. Em 1953, Getulio Vargas entregou-lhe a Pasta do Trabalho, onde permaneceu até principios de 1954. No pleito de 03-outubro-1955 elegeu-se Vice Presidente da República, assumindo a Presidência de 20 a 25-julho-1956, com a viagem de Juscelino Kubitschek ao Panamá. Novamente eleito Vice Presidente em 1960, em 25-agosto-1961 com a renuncia de Jânio Quadros, João Goulart seu sucessor constitucional estava em visita à China, não podendo assumir o cargo de imediato. Assumiu o Presidente da Câmara Federal, Paschoal Ranieiri Maz zili, oportunidade que os militares aproveitaram para pressionar o Congresso a aprovar emenda constitucional, estabelecendo o regime parlamentarista, restringindo os poderes do presidente. Ao retornar de sua viagem ao Extremo Oriente, João Goulart tomou posse da Presidência e compôs seu primeiro gabinete parlamentarista. Mais tarde efetuou um plebiscito, voltando o país ao regime presidencialista. Jango Goulart realizou um bom governo, criando a Eletrobras, estabelecendo uma lei de remessa de livros ao exterior e tentou solucionar o problema agrário, cuja estrutura era responsável pela fome no país e o reduzido número de latifúndios ocupava mais de 60% da área total das propriedades privadas, e em sua quase totalidade, improdutivo. Mineiros e militares sob alegações as mais torpes, levaram à efeito o movimento de 31-março-1964, depondo o Presidente do cargo. Goulart para evitar derramamento de sangue de irmãos brasileiros, exilou-se no Uruguai, onde permaneceu até 1974, quando fixou residência na Argentina, onde faleceu de ataque cardíaco. Seu corpo foi removido para São Borja, onde foi sepultado.

DECRETO N.º 6468, DE 16 DE ABRIL DE 1981.

DÁ DENOMINAÇÃO A LOGRADOUROS PÚBLICOS
DO MUNICÍPIO DE CAMPINAS.

O Prefeito Municipal de Campinas, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo item XIX do artigo 39 do Decreto-Lei Complementar Estadual n.º 9, de 31 de Dezembro de 1969 (Lei Orgânica dos Municípios), e



CONSIDERANDO que o artigo 8.º do Decreto 3476, de 11 de setembro de 1969, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto 5690, de 14 de maio de 1979, concede ao Executivo a prerrogativa de denominar próprios, vias e logradouros públicos, independentes de manifestação da Comissão criada para opinar sobre a matéria, desde que haja indicação de vereadores integrantes da Câmara Municipal;

CONSIDERANDO existir indicação nos termos do referido diploma legal;

CONSIDERANDO que aos membros do Legislativo cabe a honrosa tarefa de colaborar com o Executivo na indicação de nomes de próprios, vias e logradouros públicos e que o seu judicioso critério de escolha é acatado pelo Executivo sem restrições:

D E C R E T A :

ARTIGO 1.º – Ficam denominados os seguintes logradouros públicos:

I – RUA PRESIDENTE “ JOÃO GOULART ” a rua 133 do Jardim Chapadão – Cont. com início na Rua 136 e término na Av. Getúlio Vargas.

II – AVENIDA “JANIO DA SILVA QUADROS” as Ruas 134 e 135 do Jardim Chapadão – Cont. com início na Rua 133 e término na Rua 137 do mesmo loteamento.

III – RUA “ EURICO GASPAS DUTRA ” a Rua 136 do Jardim Chapadão – cont. com início na Rua João Carlos do Amaral e término na rua 137.

IV – RUA “CAFÉ FILHO” a Rua 138 do Jardim Chapadão – cont. com início na Rua 133 e término na Rua 136 do mesmo loteamento.

ARTIGO 2.º – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Campinas, 16 de abril de 1981.

DR. FRANCISCO AMARAL
Prefeito Municipal de Campinas

DR. CARLOS SOARES JÚNIOR
Secretário dos Negócios Jurídicos

DR. DARCY STRAGLIOTTO
Secretário de Obras e Serviços Públicos

Redigido e publicado no Departamento do Expediente do Gabinete do Prefeito com os elementos constantes do protocolado n.º 34687/81 em nome do Vereador Rui Amaral Gonçalves de Carvalho e Outros, na data supra.

ARY PEDRAZOLLI
Diretor do Dpto. de Expediente
do Gabinete do Prefeito

DECRETO N.º 6468, DE 16 de abril de 1981

NO INCISO I DO ARTIGO 1.º, ONDE SE LE:

I – RUA PRESIDENTE “JOÃO GOULART”...

LEIA-SE:

I – RUA PRESIDENTE “JOÃO GOULART”..

NO FINAL DESTE DECRETO, ONDE SE LE:

...com os elementos constantes do protocolado n.º 34687/81..

LEIA-SE:

...com os elementos constantes do protocolado n.º 34687/80...

CAMPINAS, AOS 22 DE ABRIL DE 1981

RUA PRESIDENTE JOÃO GOULART



RETIFICAÇÃO

DECRETO N.º 6468, DE 16 de abril de 1.981

NO INCISO I DO ARTIGO 1.º, ONDE SE LÊ:

I- RUA PRESIDENTE "JOÃO GOULART"...

LEIA-SE:

I- RUA PRESIDENTE "JOÃO GOULART"...

NO FINAL DESTE DECRETO, ONDE SE LÊ:

...com os elementos constantes do protocolado n.º 34687/81.

LEIA-SE:

...com os elementos constantes do protocolado n.º 34687/80...

CAMPINAS, AOS 22 DE ABRIL DE 1.981

DR. RUY DE ALMEIDA BARBOSA
Secretário-Chefe do Gabinete do Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

PROTOCOLO N.º

Ind. de: Vereador Rui Amaral de Carvalho
e outros.



Protocolo-se

Considerando que o Dr. João Belchior Marques Goulart foi um dos brasileiros que exerceram a Presidência da República, após a redemocratização de 1945;

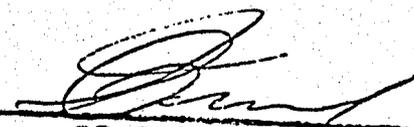
Considerando que ele exerceu a Presidência por ser eleito em pleito livre, por escolha direta do povo, em urnas democráticas e independentes;

Considerando que a sua passagem pela Presidência da República constitui um episódio da nossa história como o último Presidente eleito em pleito direto, de 1964 para cá;

Considerando que antes dele, após a redemocratização de 1945 outros brasileiros ocuparam, também, a Presidência da República e que foram investidos em tais funções, porque eleitos diretamente pelo voto livre do povo brasileiro, sem que Campinas lhes tenha, até hoje, tributado homenagem como esta que os ilustres adis sugerem aqui:

Resolvo que a COAR identifique vias públicas - ruas, praças ou avenidas ainda não denominadas - para receber os nomes dos ex-Presidentes da República Eurico Gaspar Dutra, Café Filho, Jânio da Silva Quadros e João Belchior Marques Goulart.

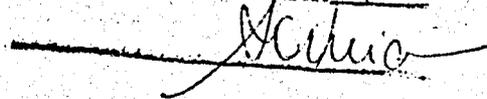
Excluem-se os nomes de Getúlio Dorneles Vargas e Juscelino Kubstchek de Oliveira, já anteriormente homenageados com nome de ruas em nossa cidade e que se incluem no rol dos que exerceram a Presidência da República após a redemocratização de 1945, por força do voto direto do povo.

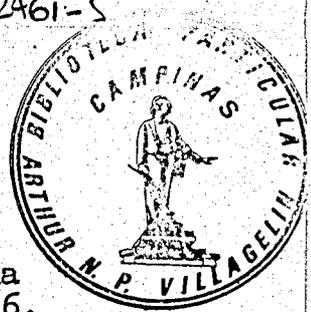

7 DEZ. 1980
DR. FRANCISCO AMARAL
PREFEITO MUNICIPAL

Fôlha de Informações e Despachos

F. 1016 - 215x315
10.000 - 5/79 - S. 24

SUBLICAÇÃO EM 18.12.80





RUA PRESIDENTE JOÃO GOULART

Nasceu em São Borja (RS), em 01-março-1918.

Fal. em Mercedes, Provincia de Corrientes, na República Argentina, em 06-dezembro-1976.

OS BRASILEIROS estão a menos de uma semana das eleições gerais, quando terão que escolher o Presidente e o Vice-Presidente da República que governarão o País a partir de 31 de janeiro de 1961. Os candidatos e seus porta-vozes eleitorais já falaram muito de programas, de planos, de futuras realizações. Mas o eleitor, que tanto oupe falar em nomes, nem sempre

está informado sobre o passado e a vida pública dos homens que pleiteiam o seu voto. Para atender a esta curiosidade, publicamos hoje as biografias dos três candidatos à Vice-Presidência da República. Depois, divulgaremos as biografias dos candidatos à primeira eleição de Governador da Guanabara, de especial interesse estadual e nacional. Finalmente, apresentaremos os candidatos à sucessão presidencial.

27-9-1960 - JORNAL "O GLOBO" do Rio
João Goulart

GAUCHO de São Borja, filho de fazendeiros, João Belchior Marques Goulart, nasceu no fim da 1.ª Grande Guerra, em 1.º de março de 1918. Desde a infância demonstrou inclinação pelos esportes, dedicando-se à prática do futebol e chegando a ser um dos astros do Rio Grande do Sul, na equipe principal do Internacional, de Porto Alegre. Neste período de sua juventude o atual presidente nacional do Partido Trabalhista Brasileiro cursou a Faculdade de Direito de Porto Alegre, onde diplomou-se em Ciências Jurídicas e Sociais em 1939.

Ingresso na Política

Com o falecimento de seu pai, Sr. Vicente Rodrigues Goulart, Jango voltou para São Borja, onde geriu as propriedades agrícolas de sua família, até o ano de 1945, quando ingressou na política, alistando-se nas fileiras do Partido Trabalhista Brasileiro, sendo logo eleito presidente do Diretório Municipal. Ainda no P.T.B. elegeu-se deputado estadual.

Ministro do Trabalho

Em 1950, com a volta de Getúlio Vargas à Presidência da República, e já eleito deputado federal pelo P.T.B. do Rio Grande do Sul, o Sr. João Goulart foi convidado para assumir a Secretaria dos Negócios do Interior e Justiça do seu Estado. Eleito pouco depois presidente do diretório estadual do Partido Trabalhista Brasileiro, foi conduzido em 1952, à direção nacional de seu partido.

Em 1953, o Sr. Getúlio Vargas entregou-lhe a Pasta do Trabalho, onde permaneceu até princípios de 1954, quando os coronéis do Exército, em memorial, exigiram do Presidente da República seu afastamento, acusando-o de fomentar a agitação social no País. O primeiro signatário do documento foi o hoje General Amauri Kruehl.

Derrota e Vitória

Depois da sua saída do Ministério do Trabalho concorreu, pelo P.T.B. do Rio Grande do Sul, a uma cadeira no Senado Federal, sendo derrotado pelo Sr. Daniel Krieger. Depois, no pleito de 3 de outubro de 1955, Jango disputou a Vice-Presidência da República como candidato de uma coligação de partidos liderados pelo P.S.D. e pelo P.T.B. Como companheiro de chapa, do Sr. Juscelino Kubitschek e apesar das restrições eclesásticas conseguiu a vitória, obtendo 3.591.409 votos. A diferença que o separou do segundo colocado, o Sr. Milton Campos que era o candidato a vice-presidência na chapa do General Juárez Távora, foi de 210 mil votos.

Já como Vice-Presidente fez uma viagem em maio de 1956, a países da Europa e das Américas. No dia 20 de julho deste mesmo



João Goulart

ano assumiu a Presidência da República com a ida do Presidente Juscelino ao Panamá, para participar da Conferência dos Chefes dos Estados Americanos. Permaneceu nestas funções durante cinco dias, ou seja, até o dia 25 daquele mês.

Novamente Candidato

Desagregações internas surgidas no P.T.B. com a candidatura do Sr. Fernando Ferrari, que rompeu com Jango lançando a "campanha das mãos limpas", enfraqueceram bastante a sua posição dentro do próprio partido. Com o lançamento do Sr. Leandro Maciel pela convenção da U.D.N. verificando que, com a oposição dividida teria maiores possibilidades concorrendo como candidato oficial à Vice-Presidência, aceitou a indicação de seu nome pelo P.T.B. mais tarde homologado também pelo P.S.D. que, em princípio defendia a tese de um candidato partidário.



João Goulart

Aos 58 anos de idade, cuidando de sua fazenda há 12 anos na cidade de Mercedes, província de Corrientes, na Argentina, morreu ontem de madrugada, vítima de um ataque cardíaco, o ex-presidente do Brasil, João — Jango — Goulart, o qual desde 1965, vivia no exílio juntamente com sua esposa, Maria Teresa e dois filhos, João Vicente e Denise.

Apesar de sempre repetir que estava na Argentina — como ocorreu em sua chegada ao Uruguai em quatro de abril de 1964 — na qualidade de amigo e não como asilado político, Jango Goulart raramente mais tratou de política preferindo desenvolver sua criação de gado bovino que comercializava através de um frigorífico além de se dedicar também ao cultivo e comercialização do arroz em uma outra fazenda de sua propriedade no Uruguai.

O último vice-presidente eleito por voto popular, no Brasil, considerado como o herdeiro espiritual de Getúlio Vargas, vinha se tratando há alguns meses com um especialista em doenças do coração na França realizando constantes viagens àquele País, pois já havia sofrido dois ataques cardíacos, um em 1964 e outro em 1968, além de ter sido operado em outubro de 64, da vesícula biliar. Segundo informações de seu amigo pessoal, o ex-diplomata João Mitengu, que almoçará há quatro dias atrás com Goulart, não o achando muito animado, o ex-presidente brasileiro será enterrado hoje na cidade de São Borja, no Rio Grande do Sul, cidade onde passou sua infância. Notícias divulgadas na imprensa uruguaia, ontem dava como certa a informação de que Jango seria enterrado junto ao túmulo de Getúlio Vargas, de quem fora ministro do Trabalho em seu segundo mandato como presidente.

De acordo com o ex-diplomata, Goulart pretendia voltar ao Brasil nos próximos meses, pois segundo Mitengu «era este seu maior desejo». Jango nestes 12 anos retornara ao Brasil uma única vez, em outubro de 1974 quando

em breve estadia, autorizada pelo Governo Federal, permaneceu em uma cidade da fronteira do Rio Grande do Sul — Uruguai, tratando de negócios.

O corpo de Jango Goulart foi conduzido, ontem de carro, da cidade argentina de Mercedes, a 100 quilômetros de São Borja. O sepultamento deverá ser realizado ainda hoje, à tarde.

Seus dois filhos, Denise e João Vicente, que se encontravam na Inglaterra realizando um curso, partiram ontem à tarde de Londres com destino ao Brasil, com desembarque previsto no Aeroporto do Galeão, no Rio para assistir ao enterro de seu pai na cidade gaúcha.

De Brasília informava-se ontem, que não haverá decretação de luto oficial e, em Porto Alegre, o diretor regional do MDB gaúcho fretava dois ônibus e dois aviões para levar a caravana do partido até São Borja. O corpo do ex-presidente ficará exposto na Igreja Matriz de São Francisco.

O governador Snyval Guazzelli, do Rio Grande do Sul, ao tomar conhecimento do ocorrido disse que «embora eu não o tenha conhecido, aqueles que o conheceram se referem sempre à sua personalidade de homem de campanha, simples e cordial».

Na cidade natal do ex-presidente o prefeito de São Borja decretou ponto facultativo ontem nas repartições públicas municipais e feriado de três dias. O comércio local não abriu suas portas e deverá permanecer fechado hoje, dia do sepultamento. Enquanto isso, o comandante da guarnição da polícia militar local informava que «tudo estava em ordem na cidade mas, mesmo assim, decidiu solicitar reforços à cidade de Santiago, a fim de atender ao grande movimento que se espera para hoje no município. Na cidade de Uruguaiana também houve uma grande movimentação durante a passagem do cortejo fúnebre».

O presidente Ernesto Geisel, ao tomar conhecimento às 7 horas da

manhã de ontem, do falecimento de Jango Goulart confirmou, às 10,45 horas, do Palácio do Planalto, a decisão do Governo em permitir o translado do corpo do ex-presidente para São Borja, sem contudo decretar luto oficial. Informações chegadas, ontem, de Brasília davam como certo o pedido de dona Teresa Goulart e de alguns familiares em tentar conseguir permissão do Governo brasileiro para que o enterro de Jango fosse realizado em Porto Alegre ou no Rio de Janeiro, mas este pedido foi recusado, segundo as fontes, pois temiam-se possíveis repercussões políticas durante o enterro.

Em Brasília, entretanto, o senador Magalhães Pinto, ao tomar conhecimento da morte de Jango, decretou luto oficial no Senado, mandando hastear a Bandeira Nacional a meio-pau. O presidente da Câmara, deputado Célio Borja, embora não tomando a mesma medida, lamentou o desaparecimento do ex-presidente da República dizendo que «é com pesar que tomei conhecimento do falecimento de João Goulart e repetirei o que havia uma vez declarado, que na política brasileira há um traço de nobreza que é o respeito pela morte». Recentemente, Célio Borja havia afirmado que «O Juiz do Homem Público é a História».

Para o líder do MDB na Câmara, Laerte Vieira, o falecimento de Jango enlutou toda a Nação «que assiste pesada ao desaparecimento do ex-chefe da Nação longe de sua Pátria» e ressaltou que «já é tempo de se pensar na conciliação nacional e na reintegração de todos os brasileiros no esforço democrático de desenvolvimento desta grande Nação». O segundo vice-presidente, Alencar Furtado (PR), afirmou que «toda a Nação sente a morte do presidente João Goulart, afirmando que todos os ressentimentos também devem ser sepultados, pois para o deputado «uma parte de nossa História foi escrita pelo grande morto, que, dentre outras qualidades, possuía aquela de ser amigo constante dos trabalhadores do Brasil».

JOÃO GOULART



Fls. 2

A vida política

João Belchior Marques Goulart, filho dos fazendeiros Vicente Rodrigues Goulart e Vicentina Marques Goulart nasceu em 1.º de março de 1918, na cidade de São Borja, no Rio Grande do Sul. Na infância dedicou-se a vida pastoril, especialmente ao comércio de gado, auxiliando o pai, grande estancieiro e criador.

Estudou o curso primário em sua terra e o secundário em Porto Alegre e Uruguaiana. Em 1939 diplomou-se em Ciências Jurídicas e Sociais, em Porto Alegre. Até 1945, João Goulart, cuidava das propriedades agrícolas de seu falecido pai, quando então, levado pela amizade pessoal que tinha com o presidente Getúlio Vargas, acabou ingressando na vida política.

Presidente do Diretório Municipal do PTB de São Borja, foi eleito deputado estadual (1946 a 1950), e a seguir deputado federal pelo Rio Grande do Sul (1951 a 1954). Durante essa época foi secretário do Interior e da Justiça de seu Estado Natal, e conduzido a presidente nacional do PTB no final de 1952. Foi ministro do Trabalho, por oito meses enquanto governava Getúlio Vargas, e em 1955 candidatou-se à vice-presidência da República, na chapa de coligação PSD-PTB, ao lado de Juscelino Kubitschek, tendo sido eleito por mais de três milhões e meio de votos.

João Goulart assumiu a presidência do Senado da República em 1.º de fevereiro de 1956, e em julho do mesmo ano, exerceu por 5 dias a presidência da República substituindo o presidente Juscelino Kubitschek, que se encontrava no Panamá participando da Conferência de Chefes de Estado Americanos.

Em 25 de agosto de 1961, quando Jânio Quadros renunciou a Presidência da República, João Goulart seu sucessor constitucional, estava em visita à China Continental, não podendo, portanto, assumir o cargo de presidente. Assumiu, então, o presidente da Câmara deputado Ranieri Mazzilli.

Com a posse de Ranieri Mazzilli seguiu-se breve luta entre os congressistas: uns queriam a volta imediata de

João Goulart, enquanto outros apoiados pelos ministros da Marinha, Guerra e Aeronáutica se opunham alegando desconfiança nas suas «tendências ideológicas». Nessa época o Congresso aprovou a emenda constitucional, que estabelecia o sistema parlamentarista, restringindo desta maneira os poderes do presidente. Quando João Goulart retornou de sua viagem ao Extremo Oriente tomou posse da Presidência da República e compôs em seguida o seu primeiro Gabinete Parlamentarista.

«Prometo manter, defender e cumprir a Constituição da República, observar as suas leis, promover o bem geral do Brasil, sustentar a união, a integridade e a independência nacional». Com essas palavras assumia a presidência da República em 7 de setembro de 1961 o sr. João Belchior Marques Goulart.

Depois de uma crise em que o parlamentarismo foi estabelecido, João Goulart começou seu governo pedindo ao Congresso um plebiscito. Nos próximos 6 meses, essa foi sua maior preocupação, além de ter criado a Eletrobrás, estabelecido uma lei de remessa de lucros e insistido junto aos seus ministros sobre a não intervenção e a auto-determinação de Cuba.

Seu governo começou a trabalhar efetivamente no final de setembro, quando então Goulart fixou sua posição quanto ao problema agrário, o que chamava de «política inarredável», uma das tônicas de seu governo.

Analisando calma e detidamente a situação nacional sob o ponto de vista econômico-financeiro, João Goulart afirmava em novembro de 1963 que o povo brasileiro vivia a mais grave crise porque já passou o País, em toda sua história republicana, «Caminhamos, aceleradamente, para um desfecho que, se não for evitado a tempo, virá abalar, em termos definitivos e imprevisíveis, a própria estrutura da Nação, comprometendo todas as suas atuais conquistas e

arruinando as suas imensas potencialidades futuras».

Afirmava ainda que o presidente não governa sozinho, explicando que o Governo não é apenas a presidência da República. Na complexidade da vida social e política de nossa época, o poder não se concentra na pessoa do presidente, mas se dispersa e se distribui por numerosos setores.

Nessa época a estrutura agrária era responsável pela quase fome do Brasil. O reduzido número de latifundiários ocupava mais da metade, 58% da área total das propriedades privadas do País. A má distribuição de terra era responsável pelo baixo índice de seu aproveitamento na lavoura. Dos 70 milhões de brasileiros apenas cerca de 3 milhões tinham o privilégio de ser proprietários rurais.

A inflação batia recordes no início de 1964. O plano trienal do governo começara com uma inflação de 9% ao mês. Depois de fevereiro veio o comício da Central do Brasil, em favor das reformas que o presidente pregava como a solução das crises.

Desde que assumiu a presidência, João Goulart não fez o menor gesto para alterar a linha de governo que Jânio Quadros havia implantado, em matéria de política econômico-financeira e internacional. Continuou o processo de valorização do dólar, só que, numa tentativa de criar os próprios meios de locomoção.

Só mesmo admitindo-se as origens mineiras do movimento de 31 de março, a resistência à reforma agrária, se poderá obter um entendimento para os acontecimentos que se desenrolaram a partir de 1.º de março a 1.º de abril de 64.

João Goulart temeu de certa forma, acontecesse no Brasil o que se passou em São Domingos: um golpe de Estado se transformando em insurreição geral, numa reação popular descontrolada capaz de levar os acontecimentos para terreno em que se alienaria a soberania brasileira.

(Extraído do "Diário da Noite" de S. Paulo de 07-dezembro-1976)

JOÃO GOULART



Fls. 3

O fim da carreira

O Brasil passava por uma época de graves crises políticas e sociais. Todo um processo de corrupção e subversão provocam a queda de João Goulart com a Revolução de 31 de Março de 1964. Os generais Olímpio Mourão Filho e Carlos Guedes se levantaram em Minas com o apoio de Amauri Kruehl, em São Paulo, e Justino Alves Bastos em

Pernambuco. Enquanto João Goulart voava para Porto Alegre, o Congresso declarava a vacância presidencial.

Deposto e desaparecido, João Goulart surge de repente num aeroporto próximo a Montevidéu, provocando uma suspense internacional. De Brasília quando deposto, Goulart foi para o Rio Grande do Sul, onde pensou numa resis-

tência. Constatando a inviabilidade, isolado que estava do resto do Brasil, sem comunicações e sem contato com os companheiros, resolveu ir para o Uruguai.

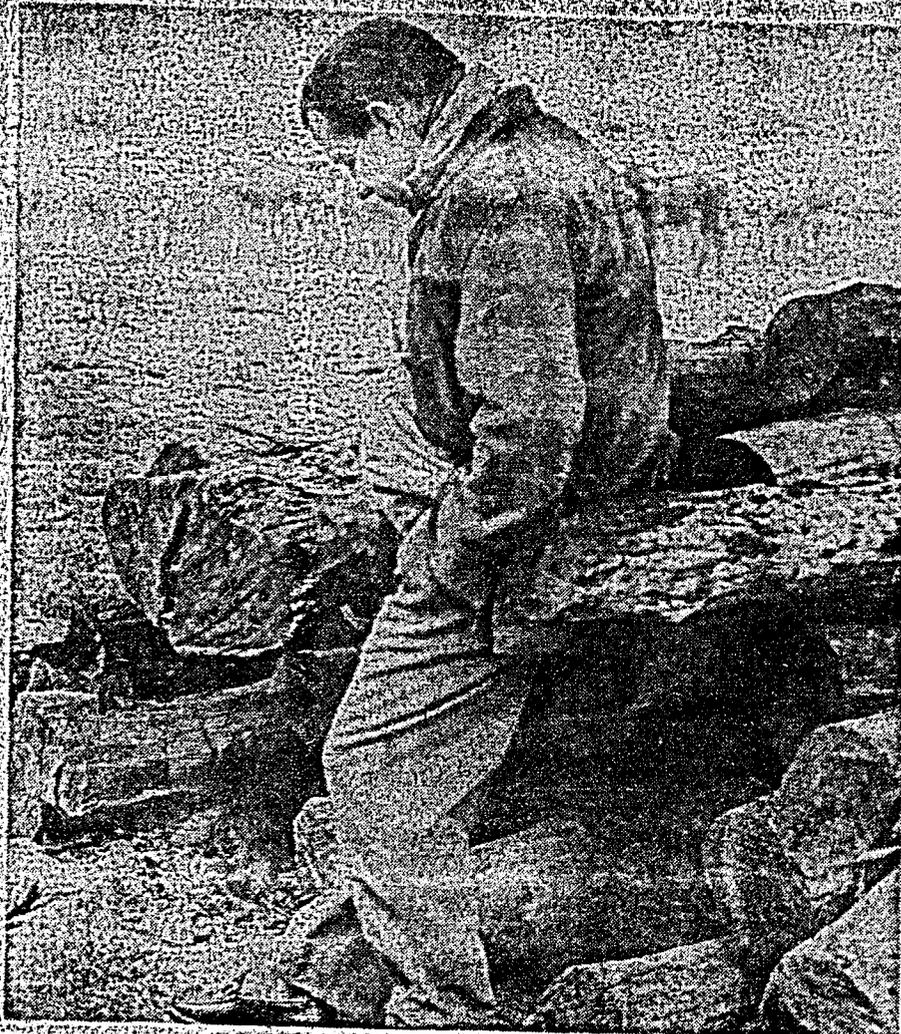
No princípio ficou hospedado na residência do assessor da Embaixada brasileira, João Afonso Mintegui, no balneário Solymar, a trinta quilômetros de MONTEVIDEU. Sentia-se bem, embora com aparência cansada. Por todos os lugares onde ia, via-se cercado por arinho popular. Poucos amigos o rodeavam, o piloto Manuel Saens, que o levou de avião ao dono da casa, uma funcionário da Embaixada do Brasil, Maria Tereza sua esposa e seus dois filhos João Vicente e Denise.

Na ocasião, Maria Tereza em suas entrevistas dizia sempre ter-se cometido uma enorme injustiça para com um grande homem que deu o melhor de sua vida para servir sua Pátria. Afirmava ainda que ficaria no Uruguai até que mudassem os últimos acontecimentos. Mas lá permaneceram por muitos anos. João Goulart se dedicou à orizicultura e à pecuária.

Em 1974, seu período de cassação havia terminado. João Goulart aluga um apartamento na Calle Jungal, em Buenos Aires, onde passa a residir com sua família. Possuía ainda uma fazenda nas proximidades de Punta del Este, chamada Taguarembó.

Não se considerava um exilado político, mas acreditava que o próprio povo do Brasil, empenhado nas reformas de base, exigia dos políticos uma conduta reformista. Durante todo tempo que esteve fora do País teve um comportamento tranquilo, sem nenhuma participação significativa. Sua família veio várias vezes para o Brasil, porém ele, mesmo tendo acabado seu tempo de asilo político nunca chegou a voltar definitivamente.

Seus filhos, João Vicente e Denise, este ano o deixaram para estudar em Londres, onde cursam faculdade.



Cassado em 1964, exilou-se no Uruguai

(Extraído do jornal "Diário da Noite" de S. Paulo, de 07-dezembro-1976)



João Goulart (1918-1976)

João Belchior Marques Goulart é natural de São Borja, Estado do Rio Grande do Sul, onde nasceu em 1918. "Jango", como é mais conhecido o ex-presidente da República, diplomou-se em Direito pela Faculdade de Porto Alegre em 1939.

Desde muito jovem dedicou-se à vida pastoril, especialmente ao comércio de gado, auxiliando o pai, que era grande criador. A política lhe acenou após a queda de Vargas, tornando-se seu constante e, por vezes, único companheiro durante todo o recesso na fazenda Santos Reis (1945-1950).

Eleger-se deputado estadual e foi um dos artífices da vitória de Getúlio Vargas nas eleições de 1950. Deputado federal e presidente do PTB, o ministro do Trabalho (1953-54), deixando a pasta em consequência de celeuma levantada a propósito do salário-mínimo do trabalhador. Eleger-se duas vezes vice-presidente da República, na chapa do sr. Juscelino Kubitschek e, posteriormente, com o sr. Jânio Quadros. Quando este renunciou, denunciando à Nação as pressões, internas e externas, que o seu governo vinha sofrendo, o sr. João Goulart se achava fora do país, em visita à China Comunista. Assumiu, provisoriamente a chefia do governo o presidente da Câmara Federal, deputado Ranieri Mazzili.

As mesmas correntes de opinião que apreciaram a renúncia de Quadros, pressionavam, agora, as forças vivas da Nação no sentido de não permitir a posse do vice-presidente constitucional.

Foi preciso que se modificasse a Constituição de 1946, através de estranhas fórmulas, transformando o regime presidencialista em regime parlamenta-

rista para que o vice-presidente pudesse ser integrado na presidência da República. O Brasil, nesse período, esteve à beira da guerra-civil. O Ato Adicional, que deu ao Brasil o Parlamentarismo, previa a realização de um plebiscito em 90 dias do término do mandato presidencial. O povo diria se preferia o regime parlamentarista ou o presidencialista.

Contudo, o plebiscito foi realizado antes daquele prazo e o povo brasileiro evidenciou, expressivamente, o seu repúdio ao parlamentarismo que dera mostras de não ser adaptável ao Brasil. Oitenta por cento da população brasileira que vota propugnaram pelo retorno ao presidencialismo.

Uma vez de posse de todos os poderes que o presidencialismo outorga ao presidente, o sr. João Goulart não demonstrou capacidade de administrador, com a agravante de se deixar envolver por elementos esquerdistas, quando não declaradamente comunistas.

E assim, a par de uma política econômico-financeira absolutamente desorientada, passou a adotar uma política de agitação, com crises pré-fabricadas a fim de que ficasse patenteado o poder da máquina sindicalista.

Contudo o exercício desta prática levou o governo a perder praticamente o controle das crises que passaram a multiplicar-se até chegar às Forças Armadas. Mal assessorado, o presidente passou a cortejar as praças de pré das Forças Armadas e, com isto, estimulou a insubordinação, culminando com um comício promovido por cabos e sargentos da Marinha. A situação, em consequência, se tornara intolerável em face, sobretudo, da atuação dos elementos marcadamente comunistas do seu governo e que estavam pondo em sobressalto a família brasileira.

As mulheres brasileiras passaram, assim, a promover passeatas contra a situação, a primeira das quais em São Paulo, demonstrando o repúdio do povo àquelas práticas perigosas do chefe da Nação. Grupos políticos contrários ao

presidente. diante desses fatos, viram o momento propício para uma ação, a qual se fez sentir de forma acentuada, provocando o abandono do governo pelo sr. João Goulart tão logo verificou não possuir o tão decantado dispositivo sindical-militar que lhe fazia estar unido em torno dele.

Com a deposição do presidente Goulart, assumiu o poder, uma vez mais, o presidente da Câmara dos Deputados, sr. Ranieri Mazzili, cujos ministros militares chefiados pelo gen. Costa e Silva, Ministro da Guerra, promulgaram um Ato Institucional que, sobrepondo-se à Constituição da República, suspendeu por prazo determinado os direitos individuais, políticos e administrativos e consentia no funcionamento do Legislativo e do Judiciário, embora previsse a cassação de mandatos e dos direitos políticos dos elementos que o governo, através do Conselho Nacional de Segurança ou das Comissões de Sindicância e de Inquéritos, julgasse dever ser afastados da política e da administração do País. Assim, numerosos senadores, deputados, funcionários, generais, brigadeiros, almirantes e oficiais, bem como os ex-presidentes Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros e João Goulart, tiveram os seus direitos políticos suspensos por dez anos.

Faleceu, no exílio, vítima de ataque cardíaco, em 6 de dezembro de 1976.

(Extraído das páginas 211 e 212 do livro "Biografias de Personalidades Célebres" de autoria da Profa. Carolina Rennó Ribeiro de Oliveira, editado por Livros Irradian-tes S/A., 14a. edição, 1978, São Paulo)

JANGO: DUAS FASES

Quando Jânio Quadros renunciou, o então Vice-Presidente João Goulart estava em Singapura, retornando de uma viagem pela Ásia. O regresso teve de ser apressado e, até que fosse empossado no Governo em 7 de setembro, o País viveu à beira de uma guerra civil, com o veto militar à posse de Jango e o movimento em favor de sua posse, eclodido no Sul.

Finalmente empossado, com regime parlamentarista, Goulart teve duas fases principais no Poder: a primeira foi até janeiro de 1962, quando governava a quatro mãos, junto com um Primeiro-Ministro; e a segunda a partir daquela data, quando um plebiscito derrotou o regime parlamentar e devolveu a Goulart os poderes presidenciais.

O Governo Goulart foi marcado por graves crises políticas e sociais, um relativo desenvolvimento econômico e o agravamento das tensões até o agravo de março de 1964, que, em 31 de março de 1964, uma revolução iniciada em Minas pelo Exército derrubou seu Governo, que, segundo os militares, caminhava para o caos e para o comunismo.

Goulart, o fazendeiro gaúcho de São Borja, que Vargas nomeara Ministro do Trabalho e que os coronéis derrubaram, em 1964, partiu para o exílio na Uruguai, encerrando com seu Governo um período da História republicana.



O regime parlamentarista foi a solução para que o vice-presidente João Goulart pudesse assumir a presidência a 7 de setembro de 1961, evitando ao mesmo tempo o perigo de uma guerra civil; por causa do veto militar. Até janeiro governou como 1.º-ministro. Um plebiscito devolveu-lhe então os poderes presidenciais, derrotando o Parlamentarismo. Graves crises políticas e sociais, e todo um processo de subversão e corrupção provocaram a sua queda com a Revolução de março.



O sr. Kubitschek passou o governo ao sr. Jânio da Silva Quadros em 31-1-1961. Este renunciou em 26-8-1961. Assumiu o sr. Ranieri Maz-

zilli em 26-8-61, que entregou o cargo ao sr. João Goulart em 9-9-1961. Após a Revolução de abril último, assumiu novamente o sr. Ranieri Mazilli em 2-4-1964. Em 15-4-1964 assumiu a presidência o marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, indicado pelo Congresso Nacional. O selo comemorativo que estampamos é dos correios do México, lançado em circulação por ocasião da visita do presidente dos Estados Unidos do Brasil àquele país em 1962.

1. Volta ao sistema Parlamentar
2. Retorno ao regime presidencial - Plebiscito 6.1.1963
3. Deposição em 31.3.1964. A 4.4.1964, no Conselho de Estado, abrigou-se em Montevideo.
- 1º - Ato Adicional de 29.1961, alterando a Constituição de 1946, estabelecendo o regime parlamentarista
- Passa em 7.9.1961
- 4 - 31.5.1963. Criação da Comissão Nacional para Assuntos de ALALC (Ass. Latino-Americana de Livre Comércio)
- 5 - alteração da legislação de Imp. Consumida (Decreto 28.11.1962)
- 6 - alteração da legislação de Imp. de Renda (28.11.62)
- 7 - instituição do Conselho Brasileiro de Telecomunicações
- 8 - regulamentação do Salário familiar de Trabalhador, por decreto de 10.12.1963
9. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (reforma geral do ensino)





JOÃO GOULART

Depois de muitas dificuldades criadas pelos ministros militares, assumiu a presidência o Vice João Goulart. O Congresso, para conciliar a complicada situação instituiu o sistema parlamentar, pelo qual os atos do Presidente estariam sob o controle do Poder Legislativo. Não durou muito e o próprio Congresso autorizou a realização de um plebiscito a fim de que o povo escolhesse o regime que julgasse mais conveniente. O eleitorado preferiu o sistema presidencialista. Datam daí as agitações de caráter esquerdista não só toleradas mas até estimuladas pelo Presidente da República. Em consequência houve grande movimentação popular que influenciou nas Forças Armadas e estas epuseram o Chefe da Nação em 31 de março de 1964.

JOÃO GOULART

A crise política atingiu o auge quando os chefes das forças armadas objetaram à posse do Vice-Presidente eleito, João Belchior Márques Goulart. A 2 de setembro, o Congresso votou a emenda parlamentarista, assumindo a presidência João Goulart. Para Primeiro-Ministro, o Presidente Goulart indicou, a 8 de setembro, Tancredo Neves, que organizou um Gabinete de coalisção.

Em 26 de junho de 1962, Tancredo Neves deixa o cargo de 1º Ministro, desincompatibilizando-se para as eleições parlamentares de outubro.

O Presidente Goulart envia, então, mensagem ao Congresso Nacional propondo o nome do Chanceler Francisco Clementino de San Thiago Dantas para o posto vago. Mas a indicação não alcança a necessária maioria. No nome é proposto: o do Senador Auro de Moura Andrade. Mas este, embora aprovado, não consegue formar o gabinete ministerial.

Diante dos acontecimentos, o Chefe de Estado solicita ao Parlamento que fixe para o plebiscito autorizado pelo Ato Adicional que instituiu o regime parlamentarista. Que o povo se manifestasse se desejava ou não a volta do presidencialismo.

Em plena crise política, a 9 de julho, o Presidente propõe ao Congresso o nome do Professor Francisco Brochado da Rocha para Primeiro-Ministro. A indicação é aceita, embora o indicado se manifeste, ao apresentar-se ao Legislativo, favorável à volta do presidencialismo. E, desde logo, solicita a concessão de poderes especiais para enfrentar os graves problemas do País, bem como seja marcada a data do plebiscito para 7 de outubro. Como não lhe são outorgados todos os poderes que pedira, renuncia a 14 de setembro. (Doze dias mais tarde viria a falecer, vitimado por um acidente vascular cerebral).

Entrementes, o Congresso aprova um projeto que autoriza o Presidente da República a designar, sem seu prévio beneplácito, um Primeiro-Ministro provisório. Assim, a 17 de setembro, é designado para Primeiro-Ministro o Prof. Hermes Lima, que ocupa o cargo até a reimplantação do regime presidencialista. Pouco antes, foi fixada a data do plebiscito para 6 de janeiro de 1963.

RUA PRESIDENTE GOULART

**JANGO É NOME DE RUA**

Prefeito Francisco Amaral atendeu a uma sugestão feita pelo vereador Ruy Amaral de Carvalho: No próximo dia 12, às 10,00 horas, realizará um ato solene no Jardim Chapadão, para designar a antiga Avenida 133, com o nome João Goulart — ex-presidente da República. Para o ato solene, foram convidados o presidente nacional do PDT, Leonel Brizolla, o líder do partido na Câmara (e candidato ao governo do Rio Grande do Sul) Alceu Colares, além de outras figuras do PDT.

(Extraído do jornal "Correio Popular" de
Campinas, de 01-dezembro-1981)